

comunicação, jornalismo e
espaço público na era digital

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 15 • 2015

A “mise en scène” da corrupção política
no jornalismo brasileiro:
uma análise do ‘Manual da Corrupção Eleitoral’
no programa Fantástico, da TV Globo¹

Bruno Bernardo de Araújo
Hélder Rocha Prior

Bruno Bernardo de Araújo, Doutorando em Comunicação na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasil. Investigador colaborador do CEIS20. E-mail: brrunoaraujo@gmail.com

Hélder Rocha Prior, Investigador de Pós-Doutoramento na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: helder.prior@gmail.com

http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_15_4

¹ O artigo respeita a norma culta do português do Brasil, em conformidade com as alterações advindas do Acordo Ortográfico de 1990.

A “MISE EN SCÈNE” DA CORRUPÇÃO POLÍTICA NO JORNALISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO ‘MANUAL DA CORRUPÇÃO ELEITORAL’ NO PROGRAMA “FANTÁSTICO”, DA TV GLOBO

A metáfora da *mise en scène* tem sido frequentemente utilizada para explicar alguns aspectos da política contemporânea que dizem respeito à intersecção entre a esfera política e o campo dos *media*. Se a esfera política teve de adaptar os seus discursos e eventos à linguagem, características e lógica do campo da comunicação, também é verdade que o jornalismo codifica, muitas vezes, os acontecimentos da política em chave espetacular, cultivando produtos informativos que além de informar, também captam e retêm a atenção da audiência. Deste modo, este artigo é uma tentativa de compreender alguns aspectos da dramaturgia política hodierna, sobretudo aqueles aspectos que se referem à construção, por parte do jornalismo, de narrativas dramáticas sobre os acontecimentos da política. Na parte analítica, realizamos um estudo sobre a representação da corrupção política, particularmente através da análise do “Manual da Corrupção Eleitoral” do programa *Fantástico*, pretendendo sublinhar de que modo as narrativas jornalísticas sobre escândalos e casos de corrupção se convertem em eventos espetacularizados pelo campo do jornalismo.

Palavras-Chave: *Mise en scène, Política-Espectáculo, Corrupção, Discurso.*

THE “MISE EN SCÈNE” OF POLITICAL CORRUPTION IN JOURNALISM IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE “MANUAL OF ELECTORAL CORRUPTION” OF THE PROGRAMME “FANTASTIC” SHOWN ON TV GLOBO

The metaphor of the *mise en scène* has often been used to explain some aspects of contemporary politics concerning the intersection between politics and the media arena. If the political sphere had to adapt their speeches and events to language, logic and characteristics of the communication field, it is also true that journalism constructs narratives in a dramatic and spectacular way. Therefore, this article is an attempt to understand some aspects of today’s political drama, especially those aspects that relate to the construction, by the journalism, of dramatic narratives about the events of politics universe. In the analytical part, we conducted a study on the representation of political corruption, particularly through the analysis of the “Handbook of Electoral Corruption” produced by the *Fantastico*, from TV Globo, intending to underline how the journalistic discourse constructs its narratives about scandals and corruption.

Keywords: *Mise en scène, Politics and Spectacle, Corruption, Discourse.*

LA “MISE EN SCÈNE” DE LA CORRUPTION POLITIQUE DANS LE JOURNALISME BRÉSILIEN: UNE ANALYSE DU ‘MANUEL DE LA CORRUPTION ELECTORALE’ DANS LE PROGRAMME “FANTASTIQUE”, DE LA CHAÎNE A TV GLOBO

La métaphore de la *mise en scène* est habituellement utilisée pour expliquer certains aspects de la politique contemporaine concernant à l’intersection entre la politique et le champ médiatique. Si la sphère politique a besoin d’adapter leurs discours et leurs événements à la langage, logique et caractéristiques du domaine de la communication, il est également vrai que le journalisme transforme les événements politiques en événements spectaculaires qui plus d’informer, aussi devra capter et retenir l’attention du public. Cette communication vise à évaluer les aspects de la *mise en scène* de la politique contemporaine, notamment la construction de récits médiatiques sur des événements de la politique. Dans le cadre analytique, nous avons mené une étude sur la représentation de la corruption politique, particulièrement à travers de l’analyse du *Manuel de la corruption électorale*, du programme de télévision *Fantástico*.

Mots-clés: *Mise en scène, Pouvoir sur scènes, Corruption, Discours.*

Introdução

No dia 8 de junho de 2014, o *Fantástico*, principal programa de informação da TV Globo aos domingos, veiculou reportagem intitulada “Manual da Corrupção Eleitoral”, com o objetivo de mostrar um “retrato contundente da corrupção no Brasil”. Em resumo, um conjunto de denúncias relacionadas ao modo como um político pode eleger-se à margem da lei. Baseadas no depoimento de fontes anônimas, as práticas ilícitas, todavia, não foram imputadas a nenhum agente político específico: uma personagem fictícia, de nome Cândido Peçanha¹, representou o protótipo do político corrupto que, segundo o discurso jornalístico, prolifera por toda a estrutura estatal².

A corrupção é, no dizer de Boaventura de Sousa Santos (1996), um dos maiores sinais de crise das democracias ocidentais. Ulysses Guimarães, parlamentar brasileiro e presidente da Constituinte que deu ao povo do Brasil a Constituição de 1988, até hoje em vigor, dizia que a corrupção é o “cupim da democracia”, porque corrói as instituições democráticas e fere mortalmente os signos republicanos do Estado Democrático de Direito. Não sendo possível precisar o momento exato de seu surgimento, o fenômeno da corrupção, que existe desde tempos imemoriais — tendo merecido já a reflexão de Aristóteles — sempre interessou aos *media* e ao jornalismo, quer pela dimensão de desvio moral e legal subjacente a ele, quer pelo envolvimento de atores de elevado estatuto social³.

A expressão *mise en scène* é aqui chamada na condição de metáfora. As noções de figuração e de representação que estão na sua base ajudam a pensar o desempenho dos *media* noticiosos na produção de cenas sobre a corrupção política. No palco mediático, assistimos a um conjunto diário de narrativas, no interior das quais são mobilizados cenários, tempos, vozes e mapas de significação tão distintos quanto os efeitos de sentido que decorrem da operacionalização sistêmica de todas essas categorias. Nesse sentido, o tratamento dado ao tema da corrupção política — muito presente na cobertura jornalística de grande parte dos países nos dias atuais — pode, sim, influenciar o estado de coisas da vida social e política contemporânea, marcada por processos de mediatização cada vez mais fortes e complexos, a ponto de alguns autores apostarem na ideia de que vivemos uma *mediacracia* (Muñoz; Rospir, 1995).

Em face disso, numerosos trabalhos de investigação têm sido desenvolvidos no sentido de entender as relações entre jornalistas e políticos, no âmbito de casos de

¹ Tal como sublinha a reportagem, a personagem é uma criação do juiz de Direito Marlon Reis, para o livro “O Nobre Deputado”, de sua autoria.

² Notem-se os efeitos que esse tipo de construção semântica pode ter sobre o conjunto dos cidadãos, mormente em momentos de campanha eleitoral, como aquele em que o Brasil entraria, poucas semanas após a veiculação da reportagem, para a escolha do próximo Presidente da República. Aliás, no que respeita à construção do fenômeno da corrupção no discurso jornalístico, o “Manual da Corrupção Eleitoral” é emblemático da hipótese que aventamos, em outro momento, de que o jornalismo tende a construir discursos legalistas e personificados sobre a corrupção, apresentando-a como uma praga espraçada pela estrutura do Estado e dificilmente suscetível de ser extirpada. Há, portanto, nesse terreno semântico, uma brutal demonização da atividade política, que aparece como degradada e degradante (Araújo; Jorge, 2015).

³ Vide o que, neste momento, ocorre, no Brasil, com a deflagração da chamada “Operação Lava-Jato”, da Polícia Federal, que já implicou diversos atores políticos e empresários de grandes empreiteiras em denúncias de desvio de recursos da Petrobrás, uma das maiores petrolíferas do mundo e maior empresa brasileira.

corrupção no plano micro, e de refletir sobre os impactos da cobertura do tema sobre a qualidade das democracias no plano macro. Ao associar-se a esse escopo reflexivo, o objetivo deste escrito é compreender a maneira como corrupção política é mediaticamente construída pela vida do discurso jornalístico, através de uma análise empírica do “Manual da Corrupção Política” a que fizemos alusão anteriormente.

A construção espetacular da política

Nas últimas décadas, alguns autores têm considerado que uma das principais características da política hodierna é a sua semelhança com o mundo do espetáculo e com as idéias de teatralidade e encenação. Esta pressuposição resulta, em parte, do fato de a política ter passado a operar com a linguagem e com a lógica dos meios de comunicação, procurando adaptar os seus discursos e ações à esfera da visibilidade pública controlada pelos agentes do campo dos *media* e pelos seus “filtros”. Deste modo, os partidos políticos, e os seus atores, tiveram de adquirir competências dramatúrgicas de modo a dotar os seus discursos e eventos de uma certa “eficácia informativa”, satisfazendo as necessidades ou os pressupostos do campo dos *media*.

As estratégias da esfera política passaram a “calcular” o grau de eficácia das suas mensagens tendo, naturalmente, em conta determinados critérios de noticiabilidade que são estabelecidos ou adotado pelos *gatekeepers* do campo do jornalismo. É por isso que a política contemporânea é, sobretudo, uma política mediática, isto é, uma política que se desenvolve nos meios de comunicação e que é fortemente condicionada pela lógica, linguagem, gramática e características desses meios.

Efetivamente, utiliza-se a expressão “política-espetáculo” para caracterizar, ainda que de forma figurada, aquelas atividades da política relacionadas com a administração da imagem pública dos atores ou dirigentes políticos, bem como os modos de *figuração* ou *representação* através dos quais esses atores se apresentam perante o público, perante os espectadores. Trata-se de uma metáfora bastante útil que permite compreender as atividades expressivas da política na sua relação com a lógica da cultura mediática, uma lógica onde esses componentes expressivas e figurativas prevalecem, não raras vezes, sobre a componente discursiva, racional e argumentativa da política. De um modo genérico, quando nos referimos à idéia de “espetacularização da política” ou de “política-espetáculo”, referimo-nos a situações artisticamente elaboradas pelo campo político no sentido de penetrar na esfera da visibilidade pública, por um lado, e, por outro lado, à conversão da política, por parte do jornalismo, em entretidas narrativas dramáticas que além de instituírem a realidade e os acontecimentos, facilmente cativam a atenção de um público consumidor de produtos informativos (Prior, 2014). É por isso que os espetáculos da política se referem a acontecimentos, discursos, ações ou eventos construídos pelas equipas de marketing político ou de *spinning*, ou pela própria indústria da informação, que despertam a atenção e a adesão de públicos, mesclando informação e entretenimento.

Com efeito, o recurso à *mise en scène* permite aos atores políticos conquistar visibilidade pública e espaço mediático aumentando, conseqüentemente, as suas hipóteses de influir na mente do público. De certa forma, a *mise en scène* refere-se ao

modo como os dirigentes políticos se apresentam perante os eleitores e como procuram controlar ou condicionar a impressão que o público forma a seu respeito, antecipando ao máximo o lugar da recepção das suas mensagens e dos seus discursos. Uma vez que os meios de comunicação são os principais gestores do capital simbólico dos dirigentes políticos, funcionando como “arenas” que possibilitam o aumento de aura, de notoriedade e de reconhecimento social, os *media* converteram-se num elemento decisivo que possibilita o consentimento da opinião pública e, com efeito, a própria legitimidade do poder.

Nesta reflexão, a referência às expressões “política-espetáculo” ou “espetacularização da política” remete à construção, por parte do jornalismo, de um conjunto de situações relacionadas com a esfera política que, pela sua excentricidade, espetacularidade ou ruptura da regularidade, despertam a atenção pública — como é o caso da mediatização de esquemas de corrupção, envolvendo atores políticos de relevo na cena política nacional. Em realidade, essa espetacularização da política no âmbito mediático prevê, em grande medida, o desvelamento daquilo que os consultores de *marketing* político desejam ocultar, no momento em que traçam estratégias de construção e apresentação da imagem pública dos atores políticos. Na cobertura jornalística da corrupção política, tal como veremos na segunda parte do artigo, esse processo de formatação de narrativas espetaculares aparece de modo muito patente, com a possibilidade de produção de efeitos altamente disfóricos relativamente à política, aos políticos e, por consequência, ao próprio funcionamento das instituições democráticas.

Existem, porém, outros sentidos ou outras aproximações entre a política contemporânea e a ideia de espetáculo, aproximações baseadas na interpretação da política mediante os pressupostos do simulacro, da simulação, da dissimulação, da artificialidade. Uma interpretação oriunda, em parte, da obra *A Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord publicada em 1967, e recuperada décadas mais tarde por autores como Baudrillard ou Gilles Lipovetsky. Segundo esta perspectiva, a política contemporânea ter-se-ia convertido num espetáculo em que a proliferação de artefatos mediáticos ocultaria a verdadeira face da política. A política-espetáculo seria, assim, a política que *se dá a ver*, que converte os cidadãos em meros espectadores e que estaria fortemente marcada pela excessiva visualidade que caracteriza uma sociedade capitalista pautada pelo consumo inaudito de mercadorias e de imagens. Note-se a pertinência desse raciocínio para pensarmos a produção mediática de narrativas sobre a corrupção política, a que faremos alusão durante a análise.

Como sublinhamos anteriormente, os *media* são vistos pelos atores políticos como arenas de projeção de sua imagem pública, totalmente formatada para atender às expectativas dos eleitores-espectadores. Não obstante, será um erro considerar que os meios de comunicação apenas servem de palco para as encenações da política e dos seus atores. Como refere Thompson, “as mensagens produzidas pelos líderes políticos são recebidas e compreendidas sem que estes as possam controlar e monitorizar completamente” (Thompson, 1995, p. 141), sendo que o campo do jornalismo desempenha um papel determinante na seleção dos acontecimentos que chegam ao público e na posterior reconfiguração e instituição da realidade política. Efetivamente, se, por um lado, a esfera política procura projetar os seus atores para que conquistem visibilidade e assentimento nas “arenas públicas” de aclamação plebiscitária, por outro

lado, o campo do jornalismo acolhe e, em alguns casos, reconfigura, os acontecimentos da política que podem consistir em boas narrativas dramáticas que captem e retenham a atenção da audiência.

De fato, se as “cerimônias” do poder político são tecidas ou manufaturadas pelas agências de comunicação e *spinning* tendo em conta a lógica da cultura mediática, não devemos esquecer que se pode encontrar uma lógica narrativa e uma “estória” dramática nas notícias sobre os acontecimentos, particularmente sobre os acontecimentos da política. A cobertura operada pelo campo do jornalismo “espetaculariza”, muitas vezes, os acontecimentos, ações, personagens e demais elementos da esfera política, sobretudo após a indústria da informação ter passado a operar com a lógica e com a gramática do entretenimento (Gomes, 2011, p. 344). Ao realizar uma recomposição dos acontecimentos numa *intriga*, a dimensão *configurante* do campo do jornalismo institui a realidade fática da esfera política, mas também produz determinados efeitos de sentido nos destinatários, efeitos poéticos que despertam o imaginário do leitor e que estimulam a sua curiosidade em seguir o desenvolvimento da trama urdida. Trata-se de estratégias que convertem os acontecimentos em algo inteligível para o leitor, mas que, por outro lado, também promovem a sua distração, o culto do entretenimento e da espetacularidade.

Deste modo, o jornalismo político recorre frequentemente aos lugares-comuns da representação dramática, enquadrando os acontecimentos de modo lúdico, identificando o papel das personagens no enredo e recorrendo a jogos de linguagem que despertam uma certa experiência estética nos destinatários. Neste ponto, os acontecimentos extemporâneos da política, os conflitos entre os seus atores, os aspectos da vida privada, as pequenas aventuras pessoais, os escândalos e as denúncias de desvios de comportamento e de corrupção, enfim, as situações de ruptura da regularidade, são produtos informativos que estimulam facilmente a curiosidade e a adesão da audiência.

Com efeito, a indústria da cultura recorre a estratégias de sedução e entretenimento, explorando, de modo preferencial, narrativas e enredos que promovam a “novelização” dos acontecimentos da política. Como veremos detalhadamente, os acontecimentos disruptivos da política, especificamente a representação mediática de escândalos e denúncias de corrupção, corresponde aos valores típicos da cultura mediática, assumindo uma dimensão simbólica que “excita” e diverte o público consumidor de produtos informativos. De igual modo, tal representação guarda fortes reminiscências de valores da cultura política nacional acerca dos políticos e da prática política por eles praticada.

Questões Metódicas

Para analisar a reportagem “Manual da Corrupção Eleitoral⁴”, adotaremos ferramentas formuladas por Norman Fairclough (2001), um dos maiores expoentes da Análise Crítica do Discurso na contemporaneidade. O autor integra uma corrente de analistas críticos do discurso, que demarcaram a sua atuação, em relação aos estudos

⁴Veiculada em horário nobre na TV Globo, a reportagem tem uma duração 11 minutos e 13 segundos, tempo que, para os ritmos e as rotinas do meio televisivo, mostra-se muito expressivo.

do discurso de linha francesa, por meio do investimento em modelos analíticos que procuram maior equilíbrio entre a exploração analítica de estruturas linguísticas na sua relação o contexto social em que se inscrevem⁵. Em termos epistemológicos, o desafio é estabelecer íntima ligação com a teoria crítica, para pensar qualquer discurso — incluído, aqui, o discurso jornalístico — como elemento constituído pela e constituidor da própria tessitura social.

Cumprir notar que a vitalidade da Análise Crítica do Discurso nos permite enxergar o discurso dos *media* como microestruturas de poder social, materializadas pelas escolhas lexicais, linguísticas e estilísticas, que, ao serem condicionadas pelos contextos de produção, refletem “estratégias ideológicas que revelam, não apenas o posicionamento do autor relativamente à história real — o acontecimento específico que justifica a informação — mas também as estratégias que usa para posicionar, de modo particular, os seus leitores” (Pedro, 1997, p. 294).

É com base nessa convicção que recorreremos à estimulante teoria social do discurso delineada por Fairclough, para analisar como o discurso jornalístico do programa *Fantástico*, da TV Globo, constrói a representação da corrupção política e dos agentes envolvidos com a prática ilícita no Brasil. Segundo o autor, todo discurso é, ao mesmo tempo, texto, prática discursiva e prática social⁶. Partiremos, então, dessa tríade discursiva para analisar a reportagem que constitui o nosso objeto de análise. Nesse sentido, ao olhar o discurso do programa como texto, observaremos as construções textuais, que resultam das vozes envolvidas na reportagem — jornalistas e fontes de informação. No que respeita à segunda dimensão — prática discursiva —, a análise levará em conta aspectos relacionados com a cultura política brasileira⁷, para observar como valores daí oriundos se manifestam no discurso jornalístico. Por fim, na sua

⁵ Como bem salienta Fairclough (2001), a Análise Crítica do Discurso procura equacionar, de modo mais equilibrado, o que nem os primeiros estudos do discurso, no contexto anglo-saxónico, nem a análise do discurso de linha francesa conseguiram fazer. Para o autor, se os primeiros estavam mais preocupados em decompor estruturas textuais em unidades mínimas, com pouco ou nenhum diálogo com o significado social daquela atividade intelectual, os segundos, influenciados pelo pensamento social, de base marxista e gramsciana, na França, voltaram-se muito mais a uma análise social do discurso. O que a Análise Crítica do Discurso propõe, por seu turno, é construir um ponto de convergência entre ambas as perspectivas, propondo modelos de análise que conjuguem com maior equilíbrio a análise linguisticamente orientada com a teoria social crítica. Nesse diapasão, portanto, não há que se falar em oposição entre um e outro modelo, mas, sim, em um esforço de gradação entre eles, com vistas ao desenvolvimento de análises discursivas mais próximas da própria etimologia do conceito de discurso. Em outras palavras, análises que vejam nas estruturas linguístico-textuais (e, aqui, fala-se em texto em sentido amplo, contemplando, assim, construções verbais e imagéticas) um terreno privilegiado de estudo da vida social — o que, necessariamente, passa pelo estabelecimento de um diálogo fluido com concepções teóricas das ciências sociais e humanas.

⁶ Para aprofundar a temática, *vide* Fairclough, 2001.

⁷ A literatura especializada da ciência política conceitua cultura política como “[...] variedade de atitudes, crenças e valores políticos — como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional — que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública” (Moisés, 2008, p. 66). No que respeita à cultura política brasileira — a que interessa no âmbito deste trabalho — Moisés (1992, 2008) identifica valores como: clientelismo, autoritarismo, desconfiança nos políticos e nas instituições democráticas. Para o autor, parte deles se deve a resquícios do regime autoritário, que vigorou no país por mais de duas décadas.

dimensão de prática social⁸, refletiremos acerca das possíveis implicações que os efeitos de sentido⁹ do discurso poderão ter sobre o público.

Essa última dimensão apresenta maior dificuldade de aferição empírica, mas isso não deve constituir impedimento para lançarmos propostas interpretativas sobre uma discussão tão pertinente quanto atual no espaço público das sociedades contemporâneas: as implicações da cobertura jornalística da corrupção política sobre o relacionamento dos cidadãos com as instituições e o próprio regime democrático¹⁰.

O quadro abaixo sistematiza as categorias de análise utilizadas, que utilizaremos para o desenvolvimento da análise a seguir.

Tabela 1: Categorias de Análise

NÍVEL DE ANÁLISE	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
TEXTO	Significado das palavras/ Lexicalização	O significado das palavras utilizadas pelo enunciador para se referir à política, aos políticos, à corrupção. Mobilização de novas palavras. Os verbos.
	Metáforas	Processamento metafórico: uso de metáforas explícitas ou implícitas.
	Ethos	Diversas características que concorrem para a construção do eu, quer do político, quer do cidadão, em face da corrupção. Essa categoria não deve ser vista de modo isolado. Quaisquer das outras categorias podem ser relevantes para a constituição identitária.
PRÁTICA DISCURSIVA	Interdiscursividade	A interdiscursividade é a propriedade que todo discurso possui de estabelecer conexões com outros discursos. Para efeitos de análise, entenderemos a cultura política brasileira como o interdiscurso, com o qual o discurso jornalístico mantém relação.
PRÁTICA SOCIAL	Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Efeitos ideológicos e hegemônicos particulares presentes no discurso corrupção e sobre os políticos envolvidos na prática.
	Matriz social do discurso	As relações do discurso com as estruturas sociais e hegemônicas: que relações entre os sentidos do discurso e formas de entender a corrupção pré-existentes na sociedade?

Fonte: Adaptado de Fairclough, 2001, p. 275-294.

⁸ Na prática social, entram as questões concernentes aos sentidos ideológicos e hegemônicos que perpassam qualquer discurso, mormente o discurso mediático.

⁹ Trata-se de conceito formulado por Roland Barthes, *vide* Barthes (1972).

¹⁰ Essa é, aliás, preocupação de um conjunto de autores que procuram compreender o papel desempenhado pelos *media* e pelo jornalismo no tipo de relacionamento dos cidadãos com as instituições políticas — eleições, parlamento, partidos políticos — e com o regime democrático como um todo. Os estudos de ciência política costumam apontar que o declínio da confiança na política e nos políticos se deve, sobretudo, a valores da cultura política dominante e ao mau funcionamento das instituições democráticas em resposta às expectativas da comunidade (Moisés, 1992, 2008). Assim acreditamos que tanto na reafirmação da cultura política quanto no funcionamento das instituições, os *media* exercem papel fundamental: se, por um lado, o discurso mediático comunga de valores políticos socialmente partilhados (Guazina, 2011), por outro, a mediatização intensa de escândalos de corrupção e de outros malfeitos do poder, por exemplo, influenciam na construção de percepções negativas sobre as instituições e os atores institucionais, afetando, por consequência, a normalidade do seu funcionamento.

A reportagem foi apresentada pelos jornalistas Renata Vasconcelos e Tadeu Schmidt, doravante identificados somente como RV e TD. O autor é Marcos Losekann, que identificaremos pela sigla ML. Já as fontes de informação, não identificadas, que realizam as denúncias em torno das quais gira a reportagem, serão identificadas como F1 e F2. Outras indicações serão dadas em rodapé.

A *mise-en-scène* da corrupção política: “O Manual da Corrupção Eleitoral”

Como já salientamos, esta análise terá um duplo movimento: observaremos (1) como o fenômeno da corrupção política é representado e (2) o modo como os atores políticos e os cidadãos aparecem nesse contexto. No primeiro movimento, o objetivo é identificar os sentidos imputados à corrupção e à prática política quando essa é atingida por aquela — o que, no quadro deste estudo, implica um olhar atento aos valores da cultura política nacional, presentes no discurso. De igual modo, interessa-nos verificar se são apontadas causas e consequências da corrupção e como o problema é situado no quadro institucional brasileiro. No segundo momento, o propósito é analisar a imagem dos atores sociais, com especial atenção para o papel que o enunciador discursivo atribui a cada um deles. A partir desses elementos, poderemos lançar luzes — ainda que de maneira exploratória e preliminar, devido à limitação do *corpus* em análise — sobre o processo de representação da corrupção política e refletir acerca de seus eventuais efeitos sociais e políticos. Para voltar à discussão teórica em torno da elaboração mediática de escândalos, será estimulante entender se estamos diante de um objeto de análise que corrobora ou não as nossas reflexões iniciais. O discurso foi decomposto em cinco fragmentos discursivos (FD)¹¹, que passamos a apresentar e discutir.

FD 1. Valores da cultura política e *ethos* político

RV: Quanto custa eleger um político na base da desonestidade , da troca de favores ?
TS: <i>O que você vai ver agora é um retrato contundente da corrupção no Brasil, nas palavras de especialistas — gente que conhece por dentro as tramoias da política.</i>
ML: <i>Guarde bem este nome: Cândido Peçanha. Um deputado eleito democraticamente que faz tudo pelo poder.</i>
F1: <i>A compra de voto no dia da eleição sai a cinquenta reais.</i>
ML: <i>Não tem honra.</i>
F2: <i>Político não tem remorso. Político tem conta bancária.</i>
ML: <i>Não sabe o que é ter escrúpulos.</i>
F3: <i>Existem várias formas de desviar dinheiro público.</i>

O primeiro fragmento discursivo, expresso no quadro acima, evidencia dois elementos cruciais para esta análise. Antes de mais, o enunciador lança mão de um conjunto vocabular de alta carga disfórica relativamente à política e aos políticos. Por serem dispostas em posição tópica¹² — ou seja, em local de proeminência no texto da

¹¹ Dividiremos a reportagem em diversas partes, a que daremos o nome de fragmento discursivo (FD). Essa designação baseia-se no conceito de *recorte* que, segundo Eni Orlandi (1989), corresponde a fragmentos emblemáticos de uma situação discursiva. Fragmentos discursivos são, portanto, recortes do discurso que se mostram expressivos o suficiente para auxiliar o analista na reposta às questões incitadoras da investigação.

¹² No discurso de imprensa, a posição tópica é aquela ocupada pelos títulos e subtítulos (van Dijk, 2005).

reportagem: a fala dos apresentadores e as palavras iniciais do repórter e das fontes no início da reportagem — as expressões em destaque, pertencentes ao mesmo campo semântico — “desonestidade”, “troca de favores”, “tramoias da política”, “compra de voto”, “não tem remorso”; “conta-corrente¹³”; “não [...] escrupulos”, “desviar dinheiro público” — atuam no sentido de instaurar uma situação comunicativa¹⁴, que coloca, desde já, o político em posição de antagonista. Em parte, esse primeiro efeito de sentido é conseguido pela partilha entre o enunciador e o público de valores da cultura política nacional, como têm demonstrado vários autores (Guazina, 2011; Aldé, 2004). As palavras que indicamos — às quais se juntam outras, distribuídas ao longo da reportagem — reproduzem concepções públicas acerca da prática política brasileira, como a desonestidade e o clientelismo. No seu conjunto, contribuem para o reforço da imagem, um tanto quanto generalizada entre nós, do político como figura perdulária, desonesta, corrupta, preocupada apenas com interesses particulares em detrimento dos da coletividade e, por isso, pouco fiel aos princípios republicanos, que estão na base das responsabilidades de que é detentora. Como se nota, estamos diante de um caso emblemático de reforço do *ethos* político — que não é criado pelos *media*¹⁵, como a maior parte dos estereótipos, mas que se vê reforçado, reintroduzido no imaginário popular e, por isso, naturalizado, por meio de um discurso de cunho hegemônico.

Esse *ethos* é estabelecido logo no início da reportagem. Inicialmente, parece haver a intenção de mostrar o político corrupto como casos isolados, cujas ações, por óbvio, merecem reprovação moral e punição legal. Veja-se, nessa linha, que o enunciador discursivo apresenta a personagem Cândido Peçanha como a personificação do político corrupto. Estamos, aqui, diante de uma figura especificada. Ao observamos o discurso na sua totalidade, no entanto, esse movimento de *especificação*¹⁶ dos representantes políticos vai desaparecendo, para dar espaço a uma estratégia de *genericização*. Ambas as estratégias têm efeitos muito claros: a primeira visa a tratar os atores na sua individualidade e identificá-los; a segunda quer perspectivá-los como classe, isto é, como entidade pluralizada.

Interessante é notar que essa última estratégia — a *genericização* —, que ganha força no discurso jornalístico ora em análise, contribui, no dizer de van Leeuwen, para a criação de um alto nível de consensualidade no discurso mediático. Importa lembrar, nesse sentido, que o consenso é um elemento fundamental na construção do processo hegemônico caracterizador do discurso dos *media*¹⁷. Obviamente que esse

¹³ Essa expressão, naturalmente, tem de ser analisada no contexto da frase: “Político não tem remorso. Político tem *conta-corrente*”.

¹⁴ Expressão de Goffman (1993).

¹⁵ Tal como dissemos, em outro momento, os *media* são particularmente poderosos no reforço e na consequente naturalização de estereótipos, resultantes de mapas mentais intersubjetivos, que circundam entre nós em sociedade (Araújo, 2013).

¹⁶ Estratégias de *especificação* e de *genericização* são trabalhadas por Teun van Leeuwen (1997), em estudo clássico sobre a representação dos atores sociais.

¹⁷ Tal processo hegemônico resulta de uma releitura do conceito gramsciano de hegemonia, realizada por diversos autores no quadro dos estudos culturais. Como afirmamos em outra oportunidade, com base no pensamento de Hall (2003) “na sua atividade diária, os *media* agem como operadores de um processo hegemônico, tanto mais bem-sucedido quanto maior for o sincretismo na partilha de códigos dominantes, entre quem codifica e quem descodifica a mensagem” (Araújo, 2013, p. 48). Tal como também demonstramos

processo não é linear e, por isso, não poderá desprezar as características individuais e coletivas do público, que possui imensas possibilidades de leitura da mensagem previamente codificada. De qualquer maneira, ainda que ele negocie os sentidos subjacentes ao discurso — possibilidade, de resto, deveras possível, tal como lembra Stuart Hall¹⁸ — haverá sempre a presença de códigos dominantes, que concorrem pela estruturação da mensagem. Tais códigos são, em parte, valores socialmente partilhados pelos cidadãos sobre a política e os políticos, a exemplo daqueles que já apontamos.

Um desses valores é, sem dúvida, o da desconfiança. Com efeito, diversos estudos de ciência política têm procurado investigar as razões que estariam a contribuir para o aumento generalizado de um sentimento de ceticismo em relação às elites políticas¹⁹. Boa parte desses trabalhos é unânime em apontar o papel crucial que os meios de comunicação social possuem na construção de uma tendência, que não é exclusividade do Brasil, mas está presente na maior parte dos países democráticos ocidentais. No âmbito circunscrito desta análise, o FD 1 fornece elementos emblemáticos dessa contribuição mediática para a ampliação da descrença na política e nos representantes políticos. A esse nível, basta levarmos em consideração afirmações, proferidas pelas várias vezes discursivas, do tipo: “*Político* não tem remorso. *Político* tem conta-corrente”. Repare-se que a fonte fala em “político” de modo genérico; refere-se, portanto, à totalidade deles. A ênfase dada à ausência do sentimento de remorso — algo que sentimos quando quedamos arrependidos de algo — figura como efeito de sentido que contribui para estabelecer avaliações morais, de que falaremos mais adiante, acerca da prática ilícita.

FD 2. Centralidade do dinheiro no processo eleitoral

ML: *Com base nesses depoimentos, o juiz, que foi um dos principais defensores da “Lei da Ficha Limpa”, conseguiu descobrir como nasce e se perpetua um corrupto na política brasileira. Tudo começa na eleição. E para ganhá-la é preciso ter dinheiro. Muito dinheiro.*

J: *Para ser eleito é preciso pagar, comprar apoio político, e que é essa a base dos gastos de campanha.*

ML: *Uma ganstança que faz do Brasil um recordista mundial: proporcionalmente à riqueza do país, aqui são feitas as campanhas mais caras do planeta. Nas últimas eleições, em 2012, os gastos ultrapassaram R\$ 4,5 bilhões. E tem mais: das cinco doadoras de campanha, três são empreiteiras. Mas também há quem levante dinheiro por baixo dos panos.*

J: *Todos os entrevistados mencionavam sempre que é a agiotagem. O uso da agiotagem como fundo de dinheiro para política, que me surpreendeu.*

[...]

ML: *O que custaria uma reeleição de deputado federal?*

F2: *Acima de 5 milhões de reais.*

ML: *Uma fortuna que ele começa a levantar com antecedência. Segundo o juiz Marlon Reis, a maior parte do dinheiro desviado sai de emendas parlamentares. É como deputados e vereadores destinam parte do orçamento público para obras indicadas por eles.*

em outro estudo, o processo hegemônico instaurado pelos *media* é particularmente poderoso no reforço e na naturalização de estereótipos (Araújo, 2013a).

¹⁸ A esse propósito, diz-nos Hall (2003, p. 401): “descodificar, dentro da versão negociada, contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz as suas próprias regras — funciona com exceções à regra [dominante]”.

¹⁹ Vide Miguel (2008).

O segundo fragmento discursivo põe em relevo outra linha temática do discurso: a centralidade do dinheiro no processo eleitoral brasileiro. Esse fio semântico é confirmado por expressões do tipo “dinheiro desviado”, “uma gastança”, “comprar apoio político”, “fortuna”, entre outras, como observamos no quadro abaixo. A eleição e o sufrágio universal — uma das maiores conquistas da democracia moderna, cujo sentido maior está em evidenciar que o poder não se identifica com o ocupante do cargo, porque pertence ao povo — são reduzidos a um processo de natureza pecuniária, de compra e venda de votos, como ocorre em contextos regidos pelas leis do mercado. O voto deixa de ser, portanto, instrumento da soberania popular para ser transformado em mercadoria. Lembremo-nos de que a compra de votos era prática corrente nas primeiras décadas da República, quando, no Brasil, vigorou a chamada “política do café com leite”. É, precisamente, nesta altura em que surge o chamado “voto de cabresto”²⁰.

Para reforçar o aludido peso do dinheiro nas eleições brasileiras, o enunciador instala um processo metafórico: “Uma gastança que faz do Brasil *um recordista* mundial”. O país é apresentado, metaforicamente, como recordista em gastos nas campanhas eleitorais — montantes que, em sua maioria, são de origem duvidosa, como evidenciado nas expressões “dinheiro desviado”, “dinheiro por baixo dos panos” — essa última, uma vez mais, em sentido metafórico.

Seria esta uma das causas do problema da corrupção — a centralidade do dinheiro —, na medida em que a reeleição de um deputado demandaria vultosas quantias, “acima de 5 milhões”, como diz uma das fontes. Apesar de estabelecer-se, implicitamente, uma relação de causalidade entre o peso do poder econômico — demonstrado pelas doações de grandes empreiteiras a partidos políticos, como podemos ver — e a existência de corrupção, o enunciador se limita, tão somente, a apontar o cenário em que nos encontramos. Ainda que vários especialistas defendam que o núcleo de uma reforma política esteja na proibição definitiva de doações por parte de empresas, o discurso jornalístico aqui analisado não envereda por tais concepções. É como se coubesse a ele, apenas e só, a caracterização de um contexto político-institucional, alvejado pela ação de indivíduos que corrompem e que se deixam corromper. Não se avança para além da denúncia.

²⁰ Também conhecida como República Velha, este período se estende de 1894 até 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder. Naquele intervalo, o Brasil foi governado, ininterruptamente, por elites de seus dois estados mais ricos, São Paulo e Minas Gerais, os maiores produtores de café e leite do país, respectivamente. A força econômica dessas elites possibilitou que a Presidência da República fosse ocupada, alternadamente, por paulistas e mineiros. Eis aqui uma demonstração cabal de como o poder econômico tem ditado a agenda política brasileira no decorrer da história. O chamado “voto de cabresto” era um mecanismo de controle político muito em voga nos primórdios do período republicano. Os coronéis eram grandes fazendeiros que se valiam de seu poder econômico para coagir a população a votar nos candidatos que eles apoiavam, através do abuso de poder, do autoritarismo, da compra de votos, da falsificação de documentos e da utilização privada da máquina pública. Como as eleições não eram secretas, os coronéis punham fiscais para verificar se a população do seu reduto realmente havia votado nos candidatos que ele indicava. Cabresto é uma espécie de arreio, muito utilizado para controlar a marcha dos animais. Já que o direito de votar era controlado pelos coronéis que, assim, tratavam os eleitores como animais, deu-se o nome àquele ato de “voto de cabresto”.

FD 3. A corrupção política é endêmica

F1: *Ele entra no mandato endividado. Ele precisa do dinheiro.*
ML: *Mas como ele faz para pegar o dinheiro e jogar na mão do agiota sem ser notada a falta de dinheiro no cofre?*
F1: *Existem várias maneiras de fazer isso.*
ML: *Segundo o assessor, um dos alvos é o dinheiro para a educação.*
F1: *O cara saca o dinheiro e entrega para ele. Normal.*
ML: *Mas não teria que sacar e comprovar onde gastou?*
F1: *Para quem?*
ML: *Para a **Câmara dos Vereadores**.*
F1: *Como assim, se os **vereadores são cúmplices**?*
ML: *Ou, se for o **governador**, para a **Assembleia Legislativa**.*
F1: *Que também é cúmplice.*
ML: *Mas tem o **Tribunal de Contas do Estado**.*
F1: *Que também é cúmplice.*
ML: *O senhor quer dizer que todos são envolvidos?*
F1: ***Cúmplices. Todos são. É uma máfia.***

Em outro momento, já identificamos que os *media* costumam entender a corrupção política como fenômeno endêmico, ainda que tendam a circunscrevê-lo às instituições que compõem o aparelho de Estado²¹. Essas instituições são apresentadas, costumeiramente, como o espaço onde as práticas ilícitas nascem, para depois perpetuar-se por outros recantos da sociedade ou, mesmo, o contexto privilegiado no qual elas se realizam. É nessa linha de pensamento que se inscreve o fragmento discursivo 3, no qual observamos o diálogo estabelecido entre o jornalista e uma das fontes anônimas acerca do *modus operandi* da corrupção.

Em destaque, expressões que nomeiam agentes políticos e instituições de duas outras esferas de poder da Federação brasileira — a estadual e a municipal —, que são apontados como “cúmplices”, membros integrados de uma “máfia” destinada a delinquir. Repare-se que, novamente, uma das vozes discursivas, apresentada como “especialista”²² pelos próprios jornalistas apresentadores do programa, generaliza o seu discurso, de maneira a abarcar a totalidade das instituições e da classe política: “governador”, “Assembleia Legislativa”, “vereadores”, “Câmara de Vereadores”, “Tribunal de Contas da União” — todos em conluio para o cometimento de práticas criminosas. Subjacente a essa generalização está, portanto, a leitura interpretativa de que o fenômeno da corrupção está espraiado por toda a estrutura estatal, nas três esferas de poder que compõem o Estado brasileiro.

Aliado a esse sentimento de endemia, emerge uma sensação de impotência, impulsionada pelas palavras do assessor parlamentar. É que os órgãos que deveriam atuar no controle e na coibição das práticas — “Assembleia Legislativa”, “Câmara de Vereadores” e “Tribunal de Contas do Estado” (esse último composto não políticos, mas

²¹ Vide Araújo; Jorge (2015).

²² Interessante atentar no significado da palavra “especialista”. Segundo o Dicionário Aurélio, trata-se de “que ou quem se especializou em determinada área do saber ou sabe muito sobre determinada coisa”. Ao detentor de tais conhecimentos, costuma reconhecer-se autoridade (*auctoritas*) para abordar o assunto no qual é especialista. Partindo, então, dessa concepção pode afirmar-se que o enunciator discursivo ao chamar especialistas aos assessores parlamentares, que realizaram a denúncia, identificou neles a autoridade necessária para falar sobre o *modus vivendi* do político corrupto e o *modus operandi* da corrupção.

conselheiros, cuja missão genuína é a fiscalização das contas públicas e de quaisquer atividades financeiras que envolvam a administração pública) — são apresentados, também eles, como partícipes de esquemas delituosos. Os perigos de uma abordagem genérica dessa natureza são evidentes, mas o discurso jornalístico silencia. Parece preferir deixar que o público retire as suas próprias ilações.

FD 4. O *pathos* da indignação

ML: *O senhor resolveu denunciar por quê?*

F1: *Vêja bem: se você for ao interior, muitas crianças passando fome, casas de taipa, estradas sem asfalto. Isso indigna a gente. Sempre tive consciência disso, só não podia denunciar. Quem denuncia morre.*

[...]

ML: *Um levantamento feito por cinco escolas do município de São Pedro da Água Branca revelou que em 2008 houve a maior **evasão escolar** do estado do Maranhão. Naquele ano de **eleições municipais**, 35% das crianças abandonaram as salas de aula porque **não tinham o que comer** na hora do recreio. Ou seja: **um terço dos alunos simplesmente deixou de estudar**. De acordo com a denúncia do Ministério Público acatada pela Justiça, o dinheiro que era da **merenda escolar**, que deveria ser gasto nas cantinas das escolas, foi usado para **comprar votos**.*

Assim como os políticos, a corrupção em si é transformada em antagonista, por força das privações que a sua prática impõe à população mais pobre, desprovida de serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura. O enunciador discursivo mostra as condições periclitantes em que se encontram os estudantes de uma escola pública do município de São Pedro da Água Branca, no Maranhão, o mais pobre e mais desigual estado brasileiro. No fragmento discursivo 4, vê-se a incorporação pelo enunciador de depoimentos de estudantes e funcionários, que ajudam na construção de um universo semântico de indignação. É o que nomeamos *pathos* da indignação.

Para além de um sentimento, a indignação ganha estatuto de conceito na obra de Spinoza. De fato, o filósofo dedica páginas luminosas, em seu *Tratado Político*, à reflexão daquilo que, para ele, seria o ato de se indignar. *Grosso modo*, numa visão spinoziana, indignação é o ódio a quem fez um mal a outro semelhante. Dito de outra maneira: é a revolta que sentimos diante de uma injustiça cometida contra alguém. Quando nos indignamos, ativamos aquilo a que o filósofo chamou “imitação afetiva”. No caso da corrupção, o discurso jornalístico sobre o qual nos debruçamos constrói um *pathos* da indignação ao estabelecer uma relação de causalidade entre o desvio de dinheiro público por agentes políticos e a situação difícil por que passam centenas de pessoas, especialmente crianças em idade escolar, que deveriam estar a ser beneficiadas por tais recursos.

No quadro acima, note-se a alusão à alta taxa de evasão escolar e às investigações do Ministério Público, segundo as quais agentes políticos do município haviam desviado montantes destinados à alimentação escolar de crianças para a compra de votos no dia da eleição. Por outro lado, o efeito de sentido que poderá gerar revolta se intensifica na voz de uma das fontes anônimas, que justifica as suas denúncias precisamente por causa da indignação que sentia ao assistir às práticas ilícitas praticadas por atores políticos, de quem era assessor, e com as quais também diz ter colaborado: “Isso indigna a gente”.

FD 5. A solução está nas mãos do eleitor

ML: **Quem pode julgar o discurso dos políticos é o eleitor.**

CV¹: *Muitas vezes, o sujeito está reclamando de certos políticos aí, seja no Congresso, seja no Executivo, e eu costumo dizer: mas **ele não está lá de graça não. Fomos nós que os colocamos.***

ML: *O ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral orienta:*

CV: **Eleitor, examine a vida pregressa do seu candidato.** *Tem gente honesta, sim, aí. Agora, tem os aproveitadores. Exatamente esses é que precisam ser banidos da vida pública.*

ML: *Aproveitadores como Cândido Peçanha, que graças ao **voto consciente** pode um dia se tornar apenas um personagem de um livro de ficção.*

O último fragmento discursivo da análise está relacionado com aquilo que, em nosso entendimento, é a indicação por parte do enunciador discursivo de uma possível solução para o problema da corrupção política. A solução, de acordo com uma voz oficial — Carlos Veloso, antigo presidente do Superior Tribunal Eleitoral, a corte brasileira que cuida do processo eleitoral no país — está na melhoria da qualidade do voto do eleitor, que deve procurar informações sobre a vida pregressa dos candidatos a cargos eletivos. Essa visão é contundentemente corroborada pelo enunciador, que vaticina: “Aproveitadores como Cândido Peçanha, que graças ao voto consciente pode um dia se tornar apenas um personagem de um livro de ficção”.

Curioso é observar que essa proposta — que passa a ser semanticamente a mais relevante, na medida em que aparece no desfecho do discurso — entra em confronto com o que uma das fontes também enfatizou anteriormente e que transforma o eleitor, não em instrumento de solução do problema, mas em vítima de uma estrutura política que abre caminho às práticas ilícitas, justamente porque retira a ele os mecanismos de controle — de *accountability* — essenciais num regime democrático de alta intensidade. Assim, ao mesmo tempo em que o enunciador sublinha a prática clientelista que pauta certos setores da vida política brasileira, uma voz discursiva avalia: “Não precisa fazer muita coisa para ter o voto porque *a população não tem força e segurança para contestar nada*” — grifo nosso.

Assiste-se, portanto, ao deslocamento de uma questão pontual — o voto — para uma questão que não se circunscreve apenas ao momento da eleição. Ao contrário, relaciona-se com a suposta fraqueza do próprio eleitor, que estaria prostrado diante de um sistema político cuja engrenagem favorece, em grande medida, a existência e a perpetração das práticas corruptivas, por meio de um conjunto de elementos que o constituem e que lhe dão suporte, nomeadamente o peso do capital financeiro nas campanhas eleitorais, também em função do financiamento de grandes empreiteiras.

Ainda que esses temas tenham sido retratados no discurso — e, aqui, retomamos um ponto ao qual nos referimos antes — o enunciador discursivo apenas os apresenta ao público, construindo cadeias de causalidade do tipo [dinheiro desviado produz falta de alimentação escolar ou de saúde de qualidade]. Essas mesmas construções causais, contudo, não são destinadas a abordar a existência da corrupção como algo que supostamente decorreria da atual configuração do sistema político brasileiro. Ao contrário, transferir a responsabilidade apenas ao eleitor, como deixa antever o enunciador discursivo, contribui para isentar a própria classe política e as instituições democráticas de sua parcela de participação na resolução de uma questão tão complexa quanto presente na vida nacional. Isso possui, para nós, efeitos fortemente ideológicos:

as elites políticas perdem a função sujeitos na gestão dos negócios da *polis* e passam a ser vistos como causadores das chagas que a podem destruir.

Considerações finais

O nosso objetivo, neste trabalho, foi desenvolver uma reflexão acerca de um tipo de relação, entre várias possíveis, entre a arena política e o campo mediático no espaço público comunicacional brasileiro de nossos dias. Fizemo-lo através da análise da cobertura de um tema que tem ocupado as três agendas de que fala McCombs, a pública, a política e a mediática. Estamos a falar da corrupção política. De fato, nos últimos anos, sucessivos têm sido os escândalos de corrupção, que ganham forma e intensidade cada vez maiores no discurso dos *media*.

Por isso, estudar o modo como o fenômeno aparece perspectivado, com particular atenção para os efeitos de sentido aí configurados, tem sido preocupação nossa e de um conjunto de outros autores, no Brasil e em outros países. Como observamos na análise, o desempenho do *Fantástico*, da TV Globo, possui vários dos ingredientes apontados por Thompson como constituidores do escândalo político e, nessa medida, dialoga enormemente com a nossa reflexão inicial acerca da construção de uma política-espetáculo, caracterizada por aquilo que *se dá a ver*.

Sem dúvidas, cabe ao jornalismo o acompanhamento atento à atuação dos representantes políticos na vida político-institucional. Ao fazê-lo, dentro dos limites estabelecidos na legislação e em seu código deontológico, diferenciando sempre noções como “interesse público” e “interesse do público”, cumpre papel de primeira grandeza na construção de uma democracia sólida. No entanto, em não raros momentos, o jornalismo tende a encarar certos assuntos — sobretudo aqueles que implicam o desvelamento de ações desviantes no âmbito político — de modo menos esclarecedor.

A aplicação de categorias analíticas postuladas por Fairclough (2001), especialmente aquelas que envolvem os efeitos políticos e ideológicos e a matriz social do discurso, que permitem ao analista perspectivá-lo na sua relação com as conjunturas política, cultural e social nas quais foi construído, evidenciou o caráter reducionista da discussão em torno da corrupção política, circunscrita ao domínio da denúncia ou, se quisermos, do *denuncismo*. A crítica a este tipo de abordagem não quer secundarizar a sua importância. Aliás, ao longo das últimas décadas, no Brasil e em outros países ocidentais, foi no palco dos *media* que a sociedade tomou conhecimento de práticas antirrepublicanas protagonizadas por atores políticos que, em alguns casos, foram exemplarmente punidos. A denúncia é, sim, muito pertinente, mas não pode ser a abordagem dominante, porque tende a reduzir o debate e retira a possibilidade de o público compreender melhor causas e motivações da existência de corrupção política.

Se a denúncia é importante, a redução da cobertura a ela conduz à construção de um *pathos* da indignação cujos efeitos mais imediatos são, portanto, a construção de uma narrativa de tons espetaculares, hiperbólicos e o conseqüente aumento da desconfiança nos políticos, seguido da reafirmação de valores negativos presentes na cultura política nacional.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Bruno Bernardo de; JORGE, Thaís de Mendonça. – “Discurso jornalístico e corrupção política: a construção de uma cobertura legalista e personificada em *Veja* e *CartaCapital*”. *Verso e Reverso*. São Leopoldo: Unisinos, 2015.
- ARAÚJO, Bruno Bernardo de. - *Justiça, Media e Espaço Público: a cobertura do julgamento do Mensalão em Veja e Época*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. Dissertação de Mestrado.
- ARAÚJO, Bruno Bernardo de. – “Discurso mediático e o conceito de estereótipo. A construção da personagem Gina no programa Café Central”. In: SILVA, A. S. [et al.] - *Comunicação Política e Econômica. Dimensões cognitivas e discursivas*. Braga: Publicações da Universidade Católica Portuguesa, 2013a, p. 553-567.
- BALANDIER, Georges - *Le Pouvoir sur scènes*. Paris: Éditions Balland, 1992.
- BARTHES, Roland. – “O Efeito de Real”. In GENETTE, Gérard (ed.) - *Literatura e Semiologia*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- DEBORD, Guy - *La Société du Spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.
- GUAZINA, Liziane. S. - *Jornalismo em busca de credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Tese de doutoramento.
- DIJK, Teun Van. - *Discurso, notícia e ideologia. Estudos da Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- EDELMAN, Murray - *Constructing the Political Spectacle*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- FAIRCLOUGH, Norman. - *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- GOFFMAN, Erving - *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1993.
- GOMES, Wilson - *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2011.
- HALL, Stuart - *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.
- LILLEKER, D. G.; NEGRINE, R. - “Professionalization: Of What? Since When? By Whom?”. *Harvard International Journal of Press/Politics*. Sage Publications. (2002). Disponível em WWW: <URL: <http://www2.le.ac.uk/departments/media/dl/documents-and-pdfs/course>>.
- LIPPMANN, Walter - *La opinión pública*. Madrid: Editorial C. de Langre, [s.d.].
- MOISÉS, José Álvaro - “Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS. 66 (2008) p. 11-43.
- MIGUEL, Luis Felipe - “A mídia e o declínio da confiança na política”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.) - *Mídia: representação e democracia*. São Paulo: Hucitech, 2010. p. 223-240.
- MOISÉS, José Álvaro - “Democratização e Cultura Política de massas no Brasil”. *Lua Nova*. Nº. 26 (1992) p. 5-51.
- MUÑOZ, Alonso; ROSPIR, John. - *Comunicación Política*. Madrid: Editorial Universitas, 1995.
- ORLANDI, *Eni Pulcinelli*. - *Vozes e contrastes: Discurso na cidade e no Campo*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.
- PRIOR, Helder - “Publicidade política e estratégias de representação: a visibilidade pública como “armadilha”. *Revista Contemporânea: Comunicação e Cultura*. (2011). Disponível em

- WWW: <URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5359/4261>>.
- PRIOR, Helder - “Spin doctors: de la política mediática a la política del negativo en las campañas electorales”. In CRESPO, Ismael; DEL REY, Javier (Org) - *Comunicación Política y Campañas Electorales en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- PRIOR, Helder - “La Espectacularización de la Política”. *Mas Poder Local Magazine*. N° 20 (2014). Disponível em WWW: <URL:<http://www.maspoderlocal.es/files/articulos/176-F53b2a9fd1761404217853-articulo-1.pdf>>.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gerard - *L'État Spectacle, Le Star System en politique*. Paris: Flammarion, 1977.
- THOMPSON, J. B. - *Media and Modernity, A Social Theory of The Media*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- VAN LEEUWEN, Teun. – “A representação dos actores sociais”. PEDRO, Emília Ribeiro (org.) - *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.